



Os temas ambientais no enquadramento televisivo: teledramaturgia vs. telejornalismo

*Environmental themes in the
frame television: soap operas
vs. broadcast journalism*

Antonio Teixeira de Barros

Jornalista, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professor no Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor), Brasília, DF- Brasil, e-mail: antoniobarros@gmail.com

Resumo

Analisa a influência das duas principais matrizes culturais da programação televisiva e como ambas se atualizam e se combinam na atualidade na cobertura ambiental pelo enquadramento da teledramaturgia e do telejornalismo. A matriz simbólico-dramática que dá suporte à teledramaturgia é calcada no juízo de valor, no senso comum, na oposição entre argumentos e no uso de símbolos e imagens que causam impacto visual e emocional no público. A matriz racional iluminista, à qual se filia o gênero jornalístico-informativo, tem como base a suposta objetividade e racionalidade dos argumentos voltados para o princípio kantiano da troca de razões públicas e do esclarecimento

Palavras-chave: Televisão e ambiente. Mediatização ambiental. Telejornalismo e ambiente. Telenovelas e ambiente.

das audiências. Com base em pesquisa qualitativa, histórico-descritiva com técnicas de meta-análise bibliográfica, conclui que ambas se combinam e se complementam no contexto televisivo atual, no que se refere aos conteúdos ecológicos.

Abstract

It analyzes the influence of the two main cultural matrices of television programming and how both are updated and combine today in environmental coverage. The symbolic-dramatic array that supports television drama is modeled on value judgment, common sense, arguments between the opposition and the use of symbols and images that cause visual and emotional impact on the audience. The matrix rational Enlightenment, which joins the journalistic genre-newsletter, is based on the supposed objectivity and rationality of the arguments focused on the Kantian principle of the exchange of reasons and clarification of public hearings. Based on qualitative research, historical and descriptive techniques of meta-analysis of the literature concludes that both combine and complement one another in television current context, with regard to ecological content.

Keywords: *Television and environment. Environmental mediation. TV Journalism and environment. Soap operas and environment.*

Introdução

O objetivo deste texto é examinar as configurações e reconfigurações do processo de mediatização ambiental pela TV, no contexto brasileiro recente. O foco da análise é uma leitura sociológica sobre a influência das duas principais matrizes culturais da programação televisiva e como ambas se atualizam e se combinam na atualidade na cobertura ambiental. A matriz simbólico-dramática que dá suporte à teledramaturgia é calcada no juízo de valor, no senso comum, na oposição entre argumentos e no uso de símbolos e imagens que causam impacto visual e emocional no público. A matriz racional iluminista, à qual se filia o gênero jornalístico-informativo, tem como base a suposta objetividade e racionalidade

dos argumentos voltados para o princípio kantiano da troca de razões públicas e do esclarecimento das audiências. Com base em pesquisa qualitativa e histórico-descritiva com técnicas de meta-análise bibliográfica, investiga se ambas se combinam e se complementam no contexto televisivo atual, no que se refere aos conteúdos ecológicos.

A hipótese que orienta o estudo baseia-se no argumento de que o telejornalismo e a dramaturgia foram as duas portas de entrada das temáticas ambientais nas pautas televisivas brasileiras, ambos caracterizados pelo teor simbólico-dramático. Com as trilhas abertas pela dramaturgia e o telejornalismo e a tendência de fusão e mistura de gêneros das duas matrizes culturais da TV, as temáticas ambientais passaram a ser inseridas e ramificadas em todos os demais gêneros e formatos televisivos.

A análise foi realizada com base em pesquisa bibliográfica e revisão sistemática de estudos acadêmicos sobre mediatização ambiental, história das ideias ecológicas, sociologia da comunicação e as ciências sociais do ambiente. A técnica de meta-análise ou revisão sistemática consiste no exame minucioso de pesquisas já realizadas sobre um tema determinado, a fim de organizar o conhecimento produzido, comparar tendências, metodologias e produzir inferências (CLARKE; OXMAN, 2001). De forma mais pormenorizada, a meta-análise é um método de investigação baseado em dados e conclusões obtidos em pesquisas e estudos executados por outros pesquisadores, que vem sendo utilizado de modo crescente nos últimos anos. “Mas não consiste em mera revisão bibliográfica ou de literatura especializada”, uma vez que “os estudos meta-analíticos exigem procedimentos de seleção, codificação, filtragem de dados, sistematização das informações e gestão da base bibliográfica resultante” (AGUIAR, 2011, p.3).

Nessa perspectiva, a meta-análise foi aplicada com base na concepção operacional de obras-síntese, ou seja, publicações expressivas e representativas em termos de abordagens, abrangência temática, ferramentas metodológicas e referencial teórico utilizado (CLARKE; OXMAN, 2001). Foram selecionadas obras emblemáticas e relevantes, de modo a incluir no *corpus* da pesquisa obras-síntese referentes às diversas fases do período histórico estudado¹. No âmbito desse trabalho, entende-se por obra-síntese uma pesquisa que reúne um capital de conhecimentos que sintetiza as principais ideias, paradigmas e procedimentos metodo-

¹ O *corpus* da pesquisa é composto pelos seguintes estudos: ANDRADE, 2004; BARROS, 1999; BARROS, 2007; BARROS; SOUSA, 2010; CARVALHO, 2001; COSTA, 2006; GARCIA, 2004; MOTTA et al., 2006; ROSA, 2006; SCHMIDT, 2003; TRIGUEIRO, 2005.

lógicos referentes a uma área de conhecimento em um determinado período histórico. Assim, uma pesquisa pode ser representativa sem necessariamente incluir todos os estudos realizados em uma década, por exemplo, visto que os conteúdos se repetem. O pressuposto, portanto, é que uma única obra-síntese pode servir de referência para a análise e compreensão dos conteúdos de uma área de conhecimentos no decorrer de um período específico, como um decênio ou um quinquênio.

A seleção das obras-síntese se deu com base em critérios delineados por pesquisa bibliográfica prévia, com levantamento da produção de cada país, por década, mediante registro em relatórios bibliográficos detalhados. Para ser incluída na categoria de obra-síntese, levou-se em conta a abrangência da pesquisa, o período histórico compreendido, as teorias de base, o escopo da análise empírica ou a consistência teórica e analítica. Outro critério considerado foi o reconhecimento e legitimidade desses estudos pela comunidade acadêmica, a partir do levantamento dos textos mais citados em comunicações apresentadas em congressos científicos, artigos de periódicos, capítulos de livros e demais publicações relacionadas ao tema no período compreendido pela pesquisa, considerando o foco sociomediático da abordagem.

Cabe ressaltar que a análise não se limitou a essas dez obras selecionadas. Além do uso da base de dados construída pelo autor desde a década de 1980, o que inclui vários estudos anteriores, o *corpus* complementar da análise inclui dezenas de outras publicações, com o intuito de complementar as informações e enriquecer a pesquisa. O material complementar ao *corpus* principal é composto por textos de periódicos, de portais acadêmicos, comunicações científicas apresentadas em eventos, além de livros e capítulos de livros que apresentam temáticas relacionadas ao tema analisado. Em alguns casos, foram referenciados estudos nos quais os assuntos relacionados ao recorte temático não aparecia em primeiro plano. Entretanto, a leitura revelou dados e informações de interesse para a contextualização da pesquisa ou para a complementação de explicações expostas nas obras que compunham o *corpus* de análise.

Antes da análise sobre o cenário atual, o texto apresenta uma breve contextualização sobre os antecedentes da mediatização ambiental e como a TV construiu suas redes simbólicas de interação com os atores ecológicos institucionais e com o público, resultando na inserção e no encaixe das pautas culturais e das relações sociais cotidianas. Esse percurso analítico é construído com base no panorama das duas matrizes culturais anteriormente mencionadas.

As matrizes culturais da TV e a tematização ambiental

No cenário sociomediático atual existe uma complexidade no modo como a televisão aborda as temáticas ambientais, a depender dos gêneros e formatos de programação, além de outros fatores ligados à audiência e à cultura do público, por exemplo. Nessa perspectiva, este artigo analisa algumas das implicações do uso da matriz simbólico-dramática da programação televisiva sobre ambiente. O eixo analítico cruza as fronteiras entre informação e teledramaturgia, os dois gêneros de maior expressão na programação da TV brasileira atualmente, representados pelo jornalismo e pelas telenovelas/seriados. Esses dois gêneros são os representantes das duas principais matrizes culturais da programação televisiva, conforme analisa Sunkel (1985), a saber: a matriz simbólico-dramática e a matriz racional iluminista.

A matriz simbólico-dramática da programação televisiva é entendida como um decantado simbólico que sustenta a concepção cultural mais abrangente da produção audiovisual latino-americana. É calcada na dramatização dos argumentos, no juízo de valor, em considerações ancoradas no senso comum, na oposição entre argumentos e no uso de símbolos e imagens que causam impacto visual e emocional no público (BARROS; BERNARDES, 2012). Configura-se como herdeira da cultura religiosa católica e barroca, na qual a riqueza das imagens opõe-se à simplicidade dos conceitos, gerando dicotomias básicas entre bons e maus, ricos e pobres, paraíso e inferno etc. (SUNKEL, 1985, p. 49-50). Trata-se de um sistema que fornece elementos basilares para a produção e recepção das formas simbólicas em diferentes escalas de alcance de audiência, especialmente nas audiências massificadas.

Se a matriz simbólico-dramática tem como referência a eficácia simbólica das imagens religiosas, a matriz racional-iluminista é introduzida na cultura popular como um elemento externo, a fim de transformar a matriz original considerada atrasada e superada. Laica e antirreligiosa, essa matriz tem base nos ideais e princípios do iluminismo e do racionalismo desenvolvidos na Idade Moderna na Europa e seus elementos básicos são: a razão — meio de atingir os objetivos — e o progresso — finalidade de qualquer cultura. A principal forma de disseminação da matriz cultural racional-iluminista foi a escola moderna de massa. Na perspectiva analítica adotada neste trabalho, acredita-se que essas duas matrizes culturais distintas interferem na produção televisiva, não apenas na agenda ambiental, mas de forma geral. Desse modo, influências

de duas lógicas de programação distintas operam na grade das mais variadas emissoras.

Na prática, essas duas matrizes culturais se complementam na produção televisiva. Mas predomina a matriz dramática, a exemplo das telenovelas. Em suma, influências de duas lógicas de programação distintas operam na grade das emissoras, mesmo no caso do gênero jornalístico-informativo, comumente associado à matriz racional iluminista. Tal associação se dá por causa da suposta objetividade e da natureza racional dos argumentos voltados para o princípio kantiano da troca de razões públicas² e do esclarecimento das audiências. A despeito disso, percebe-se na atualidade uma primazia de imagens e argumentos de elevado apelo dramático, a exemplo da cobertura recorrente de grandes acidentes, catástrofes climáticas, inundações e fatos similares.

Devido à força cultural da TV no cenário sociocultural contemporâneo (ROSA, 2006; SCHMIDT, 2003), a construção de cenários e quadros culturais favoráveis à inserção e diversificação dos temas e ecológicos foi ampliada em larga escala, principalmente após a Rio 92. Isso se explica pelo seu potencial para explorar imagens de elevado teor dramático. Tal potencial simbólico-dramático é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, além do enquadramento, do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na agenda). Além disso, grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos ambientais passa necessariamente pelo enquadramento simbólico dramático da TV (SCHMIDT, 2003, p. 69).

A discussão se enquadra na perspectiva da sociologia da comunicação, a partir da noção de mediatização, entendida como processo social de referência no qual a lógica televisiva passou a servir de parâmetro para as principais instâncias de sociabilidade, de vinculação social e de construção de representações sociais, inclusive sobre ambiente (BRAGA, 2006, p. 2). Afinal, a cultura mediatizada opera como rede simbólica, na qual as instituições culturais atuam como agências simbólicas centrais na construção da cultura cívica. Segundo essa lógica, a TV fornece atalhos informativos e *templates* semânticos que funcionam como chaves para a compreensão da realidade. Em termos práticos, a TV articula, institui e produz enquadramentos ou molduras socioculturais para que os cidadãos possam dispor

² O princípio kantiano da troca de razões públicas, enunciado em *A paz perpétua* foi atualizado por diversos autores contemporâneos que estudam aspectos relacionados à visibilidade pública, a exemplo de Habermas, em *Mudança estrutural na esfera pública e Direito e democracia*, entre outros autores.

de ferramentas simbólicas de compreensão do mundo. Os comunicadores atuam na sociedade mediatizada como intérpretes dos sentidos do campo experiencial empírico e do *mundo vivido*, no sentido habermasiano. São intérpretes políticos do seu contexto, a partir da relação com suas fontes de informação, os demais atores sociais, com os quais interagem nas suas rotinas e dinâmicas decorrentes de suas atividades profissionais, além de suas habilidades para a observação e análise da realidade (CARVALHO, 2001). Afinal, a mídia é uma instância privilegiada de reprodução e renovação cultural (BOURDIEU, 1989, 1997).

Sob o enquadramento da sociologia da comunicação, vários estudiosos ressaltam o papel da mediatização no contexto contemporâneo, o que levou à perspectiva denominada *mediacêntrica*, que reúne as teorias relacionadas aos poderes e ao triunfo dos *media* na sociedade. Na perspectiva sociopolítica desse debate destacam-se Bourdieu (1997), Gamson (1992), Morley (1996), Norris (1996), Ortiz (1991), Rosa (2006), Putnam (1973), Sartori (1998), Sodré (1983), Schmidt (2003), Thompson (1995) entre outros. A compreensão do contexto brasileiro envolve uma abordagem emblemática, devido ao papel que a TV exerceu no letramento cultural e informacional, atuando como agência simbólica de produ o de sentidos, isto  , um eficiente mecanismo de socializa o, além de eficiente e instância de poder simbólico, nos termos de Bourdieu (1989, 1997) e Ortiz (1991). Além disso, cabe ressaltar que a m dia atua na difusão de ideias e valores que se encaixam na perspectiva da educa o difusa, com elevado nível de eficácia simbólica (DEBRAY, 1994), às vezes até mais expressiva do que a escola, em razão das reconhecidas deficiências que dificultam a eficácia escolar.

O amplo escopo desse debate remete   configura o sociotécnica da TV como mecanismo hipercentralizador de conteúdos e sua lógica de adapta o aos novos “modos como o capitalismo contemporâneo modula modos de vista e capitaliza a singularidade” e “as formas de inventar a vida” (GENARO; MIGLIORIN, 2012, p. 156). Argumentos similares são apresentados por autores como Manuel Castells (1999), Paul Virilio (1993, 1994, 1996) e Jean Baudrillard (2005) e Régis Debray (1994). Em suma, essa discussão adquire maior expressão crítica nas análises políticas de Robert Putnam (1973), segundo as quais, a audiência de TV unilateral quebrou as malhas do engajamento cívico e enfraqueceu o capital social³.

³ Para Putnam (1973), o conceito de capital social abrange o estudo das práticas sociais, normas e rela es de confiança e de reciprocidade que se estabelecem entre indivíduos e grupos, construindo uma malha de intera es sociais. Essa coesão social funciona como amálgama para fortalecer a democracia e estimular a participa o política e a coopera o cívica.

Segundo esse argumento, as audiências massivas de TV fragilizaram as trocas sociais ancoradas em relações pautadas pelo conhecimento e reconhecimento recíproco, universo no qual o capital social é usado como ativo simbólico na construção de redes de confiança, cooperação e compartilhamento (BOURDIEU, 1989; GOMES, 2008; NORRIS, 1996).

Esse capital é um dos fatores apontados por Nancy Fraser (1992) para a formação de *públicos fortes*, uma vez que a televisão é apontada na literatura especializada como formadora de *públicos fracos*. De modo resumido, a diferença entre ambos é que os fortes conseguem se organizar e interferir nos processos decisórios, a exemplo das elites, enquanto os fracos são aqueles desprovidos de coesão social, de organização e agem desvinculados das redes de cooperação e de reconversão do capital social em ativos políticos, em termos de participação (MAIA, 2009).

Cabe ressaltar, contudo, que há estudos que apontam horizontes hermenêuticos diferentes da trilha interpretativa de Putnam (1973). Na avaliação de Matos (2008, p. 29), por exemplo, um dos problemas não percebidos por David Putnam (1973) é que o declínio das formas coletivas de vida não diz respeito direta e exclusivamente à consolidação das audiências televisivas em si. “O problema seria de ordem institucional: faltaria liderança adequada para defender as organizações modeladas pela política” (MATOS, 2008, p. 29).

Entretanto, há outros pensadores que reiteram que o processo de formação da opinião pública na atualidade é essencialmente influenciado pela TV. Para o autor, a produção da notícia televisionada, dependente essencialmente de imagens — por uma autoimposição — e resulta em supervalorização da imagem em detrimento da informação — em especial informações que podem resultar em esclarecimento sobre problemas de interesse comum — do que qualquer outro. Conforme sua análise, “a redução-restrição é gigantesca: e o que desaparece é o enfoque do problema a que se referem as imagens. Porque a imagem é inimiga da abstração, e explicar é um discurso abstrato” (SARTORI, 1998, p. 5).

Trajetória da mediatização ambiental pela TV e seu caráter simbólico-dramático

A atuação da TV na disseminação das temáticas ecológicas, inclusive na programação não noticiosa, é expressiva para a compreensão do papel atual dos *media* na sociedade brasileira. Contudo, a TV não foi pioneira nesse processo, o que justifica uma breve retomada dos antecedentes.

Sodré (1983) identifica nas revistas ilustradas um dos relevantes antecedentes da mediatização do ambiente no Brasil, especialmente por causa de grandes reportagens sobre a vida de povos indígenas e de curiosidades sobre a fauna e a flora amazônicas e seu teor simbólico-dramático. Entre essas revistas destacam-se *O Cruzeiro* (1928–1975), *Manchete* (1952–2000) e *Realidade* (1966–1968) que exploravam “assuntos de atualidade”, com vasto material fotográfico de elevado impacto visual. No *ranking* das temáticas dessas revistas apresentado por Sodré (1983), em segundo lugar, depois de artes e literatura⁴, está o conjunto de temas “natureza, paisagem e aventuras”, com a divulgação de fotos e de grandes reportagens sobre temas que envolviam natureza, embora ainda não houvesse o enquadramento no sentido estrito do termo.

A grande audiência das telenovelas e seu potencial simbólico-dramático contribuíram para torná-las um produto televisivo por excelência e consolidar a TV como veículo de maior alcance de público e uma vitrine para a divulgação de cenários da natureza e de paisagens exuberantes, mesmo quando ainda não havia o apelo explícito da agenda ambiental. A hegemonia mediática da televisão consolidou-se devido ao aparato tecnológico, mas também por causa da relação construída com o público, de modo a se consolidar uma cultura de visibilidade social em que os assuntos, para se tornarem relevantes, devem ser contemplados pela programação televisiva, apesar de perspectivas analíticas de que a TV empobrece a cultura e simplifica os processos socioculturais e políticos⁵. Por outro lado, devido a seu poder de penetração e de sedução, a TV continua a ser uma das principais fontes de informação e de representações simbólico-dramáticas sobre os mais variados temas, inclusive ambientais, a ponto de ser considerada uma das protagonistas na formação de uma opinião pública voltada para o desenvolvimento sustentável (CRESPO, 2005; SCHMIDT, 2003).

Em suma, a partir da década de 1990, com a extraordinária repercussão da Cúpula da Terra (Rio 92), o ambientalismo consolidou-se como um fenômeno mediatizado de elevado teor simbólico-dramático. Isso explica o poder da mediatização e seu potencial cultural e formador de

⁴ No inventário realizado pelo autor, a sequência completa das categorias temáticas é a seguinte: 1) Artes e literatura; 2) Natureza, paisagem e aventuras; 3) Personalidades e nobreza; 4) Ciência; 5) Esportes (Sodré, 1983, p. 48).

⁵ São vários os estudos brasileiros que criticam a TV, de cariz frankfurtiniano, tais como: *A Noite da Madrinha*, de S. Miceli; *A Moderna Tradição Brasileira*, de R. Ortiz; *O Capital da Notícia*, de C. Marcondes Filho; *Televisão e Capitalismo no Brasil*, de S. Caparelli; e *Notícia, um produto à venda*, Cremilda Medina.

mentalidades. Tal potencial é que proporcionou a reconfiguração da mediatização, como veremos a seguir.

Reconfigurações da mediatização ambiental pela TV

A mediatização ambiental pela TV apresenta diferentes formas e configurações ao longo da curta história desse veículo, mas com fortes ondulações do ponto de vista cultural. Mesmo sem pretender elaborar um mapeamento completo, destacamos alguns aspectos que exerceram função de culminância sociocultural, ou seja: jornalismo e dramaturgia. O recorte tem função ilustrativa, uma vez que seria inviável uma cartografia completa do paralelismo entre telejornalismo e dramaturgia sob o enfoque das matrizes simbólico-dramática e racional iluminista. Portanto, foram selecionados alguns exemplos para ilustrar como essas matrizes operam na programação televisiva sobre ambiente.

As matrizes culturais da programação televisiva no jornalismo e na dramaturgia

A emergência da agenda ambiental, antes mesmo do êxito mediático, foi marcada pela polarização entre elementos dramáticos e racionais, desde os marcos mais remotos, em decorrência das discussões sobre as consequências da I Guerra Mundial, especialmente devido ao uso de substâncias químicas. Tal cenário antecedeu o agendamento jornalístico propriamente dito, o que deu origem, inclusive, ao jornalismo ambiental (BARROS; SOUSA, 2010). A respeito dessa trajetória, mesmo sem pretender apresentar uma historiografia completa, destacamos alguns dos principais fatos que serviram de referência para a mediatização que se desenvolveria posteriormente, principalmente na agenda jornalística; esta, em sua gênese, já apresenta as marcas das duas matrizes televisivas aqui destacadas, com um olhar dramático, mas voltado para a reflexão e o debate público, conforme se vê no Quadro 1.

Como a agenda ambiental se estabeleceu nas pautas jornalísticas

De forma resumida apresentamos aqui um levantamento sobre a emergência e a evolução do ambientalismo na agenda jornalística

Quadro 1 - Contexto que antecedeu o agendamento ambiental na TV

Período	Fato	Consequências
1925	Assinatura do Protocolo de Genebra.	Proibiu o uso de gases tóxicos e o emprego belicoso de armas bacteriológicas em operações militares.
1958	Assinatura da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo.	Estabeleceu medidas governamentais para evitar poluição marítima.
1963	Assinatura do Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água.	Previu medidas de proteção do espaço, da atmosfera e dos oceanos, a fim de evitar poluição nuclear.
Década de 1960	Divulgação dos relatórios do Clube de Roma e seus impactos na comunidade internacional.	Apresentou relatórios sobre as crises globais e localizadas, incluindo: as crises do petróleo; a limitação dos recursos naturais; a escassez dos recursos hídricos; as consequências do regime econômico vigente nos países industrializados e em desenvolvimento; o elevado crescimento populacional; o impacto dos assentamentos humanos no meio natural; a adoção de tecnologias agrícolas; a escassez de alimentos; modelos energéticos, entre outros temas.
1970	Realização da Conferência de Estocolmo em 1972 e seus desdobramentos.	Promoveu debates políticos e econômicos na fase de preparativos do evento, com maior ênfase na etapa dos desdobramentos, ou seja, praticamente durante toda a década de 1970.

Fonte: Elaboração do autor, com base em BARROS, 1999; BARROS; SOUSA, 2010; ROSA, 2006; SCHMIDT, 2003.

brasileira, a partir do cenário anteriormente caracterizado como contexto que antecedeu a mediatização ambiental (Quadro 1). Aos poucos a cobertura deixou de ser mero reflexo da agenda internacional e se estabeleceu como um tema fixo no jornalismo brasileiro, com amplo espaço na cobertura televisiva. As fases não podem ser consideradas estanques e lineares, uma vez que há um movimento dinâmico entre elas. Feitas as devidas ressalvas, a periodização aqui proposta pode ser sumarizada conforme exposto no Quadro 2.

No caso específico da programação televisiva brasileira, as etapas sistematizadas no Quadro 2, exerceram influências mais diretamente a partir da década de 1980, quando foram criados vários programas televisivos que apresentavam conteúdo ecológico (ANDRADE, 2004). Entre eles

Quadro 2 - Fases do agendamento ambiental e seus enquadramentos televisivos

Fases	Agenda e enquadramentos
O cenário antes da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo).	Agenda construída na esteira do debate internacional, especialmente nos países europeus, com três focos: (1) ênfase na defesa do patrimônio natural, com iniciativas para a delimitação de áreas protegidas e a proteção de espécies ameaçadas de extinção; (2) ecopacifismo, movimento internacional que contestava o uso de energia nuclear, em contraposição às bombas utilizadas na Segunda Guerra Mundial; (3) debate científico sobre os riscos dos agrotóxicos, com base na repercussão do tema na Europa e nos Estados Unidos.
O legado político de Estocolmo.	Desdobramento do estágio anterior, marcado pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol da realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo (1972) foi um marco histórico para o alastramento do pensamento ecológico, com propostas para conciliar crescimento econômico e preservação ambiental.
Sustentabilidade e mudanças climáticas.	Ápice do processo de internacionalização do debate sobre mudanças climáticas. Tem como marco o protocolo de Kyoto (1997), consequência de uma série de eventos iniciados com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, (Canadá, 1988), seguida pelo IPCC's First Assessment Report (Suécia, 1990). Esses eventos serviram de base para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (1992).

Fonte: Elaboração do autor, com base em ANDRADE, 2004; BARROS, 1999; BARROS; SOUSA, 2010; ROSA, 2006; SCHMIDT, 2003.

destacam-se *Globo Rural*, *Globo Ciência* e *Globo Ecologia*. O primeiro foi lançado em janeiro de 1980, no auge da expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado. O segundo foi posto no ar em 1984, com temas científicos gerais, inclusive ecologia. O terceiro estreou em novembro de 1990 como iniciativa da Fundação Roberto Marinho e se destinava a preparar o público para a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio 92).

Merece destaque também o programa jornalístico semanal *Globo Repórter*, da Rede Globo de Televisão. Segundo levantamento apresentado por André Trigueiro (2005), desde a primeira edição, em 1973 até o ano de 2003, foram exibidas mais de cem edições sobre a temática “vida selvagem” em horário nobre, contribuindo para a disseminação de uma cultura preservacionista, “fazendo soar o alarme contra a destruição da fauna e da flora. Curiosamente, esses programas parecem forçar, involuntariamente, a ideia de que meio ambiente é sinônimo de

fauna e flora” (TRIGUEIRO, 2005, p. 76), em virtude da facilidade para a exploração visual de imagens e de argumentos ambientalistas que se enquadram nessa perspectiva, uma das características da matriz simbólico-dramática, conforme abordado anteriormente.

O rural na ótica da matriz simbólico-dramática televisiva

Para fins analíticos, as representações ambientais sobre o mundo rural na teledramaturgia foram agrupadas em duas categorias: o rural idílico e o rural degradado. Esse procedimento se justifica pela própria perspectiva da TV, cuja lógica consagrou essa dualidade, embora seja uma dicotomia construída, passível de críticas. Ao adotá-la, portanto, não significa que concordamos com o modo com que essa dualidade é construída. O critério foi o da relevância que essas duas representações assumem nos conteúdos mediáticos analisados. As críticas serão apresentadas nas conclusões.

O rural idílico no telejornalismo

A idealização do mundo rural no telejornalismo inclui reportagens sobre as fascinantes descobertas em relação à biodiversidade brasileira, com o inventário e a identificação de espécies ainda desconhecidas dos cientistas e da população. Reportagens sobre fenômenos naturais espetaculares típicos da paisagem brasileira também são amplamente exploradas, a exemplo do fenômeno hidrodinâmico da pororoca na Amazônia. Destacam-se, da mesma forma, as matérias que colocam em primeiro plano as imagens de orquídeas raras, aves de grande porte e espécies de canto peculiar (BARROS, 2007). Trata-se de uma produção imagética e discursiva voltada para a promoção do turismo, de viagens de aventura, segundo a lógica do lazer e do entretenimento. Tanto as telenovelas como as reportagens exploram esse enquadramento da cultura de consumo, a exemplo dos cenários idílicos que ambientam a ficção seriada, sobretudo as telenovelas do horário das 19h e as reportagens que integram programas específicos, como o *Globo Repórter* e o quadro “Tô de Folga”, do *Jornal Hoje*⁶. Além da exploração de novidades, a

⁶ São citados aqui alguns exemplos da Rede Globo, mas facilmente esses cenários são encontrados na programação das demais emissoras. A seleção não foi proposital e não pretende mapear todos os canais, mas apenas ilustrar o argumento.

tendência é expor espaços bucólicos já consagrados pelo imaginário do público, como praias virgens, cachoeiras espetaculares, trilhas inusitadas e picos para contemplação e repouso dos olhos acostumados ao concreto urbano.

Enquadram-se nessa mesma perspectiva representações sobre o estilo de vida dos povos indígenas e descendentes de quilombolas, cujo universo simbólico é explorado exaustivamente, como representação idílica, idealizada e romantizada. A literatura oral indígena, suas lendas e mitos, e o calendário econômico de algumas tribos também fazem parte desse universo cultural estudado pelos antropólogos e levados a conhecimento do público pelos *media*, embora de forma simplificada e romantizada, conforme criticam Foladori e Taks (2004).

O rural degradado no telejornalismo

Há três eixos emblemáticos sobre os enquadramentos do telejornalismo no campo da degradação ambiental: a seca, o desmatamento e os incêndios florestais, conforme detalhado a seguir. Apesar da amplitude da abordagem sobre o rural degradado, a seca e suas consequências constituem a temática mais constante na cobertura de imprensa (SILVA, 2003, p. 361):

Geralmente, os diagnósticos e proposições têm como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais. Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semi-árido e dos interesses políticos das elites locais que explicam a miséria, a fome e o atraso como produto de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação e de sua gente.

O autor ressalta ainda o uso político das reportagens, que divulgam em nível nacional esse fenômeno como um grave problema praticamente insolúvel. Assim, o jornalismo serve aos que pretendem transformar a seca em argumento político “para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais” (SILVA, 2003, p. 362).

Essa visão predominou até meados do século XX. A partir da década de 1960, começaram a surgir outros pontos de vista sobre as causas estruturais e as consequências da estiagem, situando-a além de um fenômeno meramente climático. Nesse sentido, o livro *Geografia da Fome*,

de Josué de Castro, denuncia que a falta de chuva foi responsabilizada pelo drama nordestino, “acobertando as formas dominantes da exploração econômica que criaram e reproduziram a concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos” (SILVA, 2003, p. 362). O argumento de Josué de Castro, retomado por Silva, destaca que a concentração fundiária e a exploração da mão de obra dos sertanejos passaram a ter destaque na explicação da manutenção da miséria no sertão brasileiro.

O outro aspecto em relevo está relacionado com a perspectiva da convivência com a estiagem e as condições climáticas do semiárido. Essa perspectiva está relacionada com uma concepção emergente que se baseia em uma visão ecológica,

rompendo com a visão antropocêntrica de dominação e proporcionando a reconciliação do homem com a natureza. A convivência com o semi-árido tem por base uma percepção holística sobre as realidades complexas dos ecossistemas e a valorização de conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente. A essa percepção devem se articular as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações locais (SILVA, 2003, p. 381).

As consequências da seca na região Nordeste, a situação das populações acometidas pelo fenômeno, com depoimentos dramáticos de sertanejos, além da destruição da lavoura, o definhamento do gado são explorados em imagens de grande apelo emocional, especialmente nas reportagens e programas especiais de televisão.

Outro emblema da degradação rural no Brasil pela ótica da TV é o chamado “Arco do Desmatamento”, que concentra 80% dos desmatamentos e queimadas na região amazônica (BARROS; SOUSA, 2010). A área abrange 1,7 milhão km² que se estendem por Acre, Amazonas, Rondônia, norte do Mato Grosso, sul e leste do Pará, Tocantins e Maranhão. Nessa área específica, a derrubada de árvores chega a 23 mil km²/ano. A pecuária extensiva é a atividade que mais provoca desmatamento, responsável por 80% do problema. Em seguida, está a grilagem de terras públicas e a extração de madeira, com 15%, e a agricultura, com 5%, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente de 2005. O “arco do desmatamento” é caracterizado pela forte expansão da fronteira agrícola, baseada principalmente no avanço da cultura da soja e da pecuária extensiva — atividades usadas frequentemente como justificativa para invasões de terras públicas (COSTA, 2006).

Os incêndios florestais se tornaram emblema do rural degradado no Brasil, pela ótica do telejornalismo, uma catástrofe que se repete a cada ano, na época das secas, em quase todo o país, sobretudo na Caatinga e nos Cerrados, com ampla repercussão na TV. É oportuno ressaltar que os habitantes de áreas rurais (ribeirinhas e do sertão) também são representados como parte do cenário degradado (ou até mesmo como “vidas degradadas”), numa tentativa de relacionar o homem com o meio natural e sua cultura; isso a exemplo do fizeram Euclides da Cunha em *Os Sertões* e Josué de Castro em *Geografia da Fome*, além da representação na literatura como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (BARROS, 2007).

Talvez por conta dessa tradição já consagrada pelas ciências sociais e pela literatura, a mediatização sobre o rural degradado siga a mesma tendência. Fenômenos e problemas socioeconômicos endêmicos e de natureza crônica são recorrentemente abordados pelos *media*, como a seca, o trabalho escravo ou degradante, a devastação nos garimpos, especialmente na Serra Pelada (no estado do Pará), as carvoarias, a derrubada de árvores, as queimadas e as consequências de todos esses problemas na vida dos moradores de áreas rurais.

As telenovelas e as questões ambientais: do rural ao urbano

Ao contrário do telejornalismo, o rural representando nas telenovelas é uma composição híbrida, que conjuga e justapõe diversos cenários, atores e contextos, o que é característico da ficção seriada (SOUZA, 2004; UTARD, 2003). As produções de época foram decisivas para inserir a paisagem do campo no repertório de imagens das telenovelas (BARROS; SOUSA, 2010). As telenovelas de época são representantes emblemáticas do rural idílico, herança do patrimônio simbólico dramático decantado pela tradição cultural do folhetim publicado em jornal (HAMBURGER, 2011; MEYER, 1996). São dezenas de telenovelas e seriados que refletem essa herança idílica folhetinesca. Eis alguns exemplos: *Helena* (1975), *Sinhá Moça* (1976), *À Sombra dos Laranjais* (1977), *Olhai os Lírios do Campo* (1980), *Grande Sertão: Veredas* (1985), *O Tempo e o Vento* (1985) e *Chapadão do Bugre* (1988), entre outros.

Os cenários rurais dessas produções remetem aos tempos de opulência da casa-grande, das fazendas de café e dos engenhos de cana-de-açúcar. Conforme a lógica dos *usos e gratificações* que rege a oferta

de conteúdos no plano da matriz simbólico-dramática (SUNKEL, 1985), as imagens satisfazem a nostalgia dos públicos urbanos pelo primitivismo da vida no campo. O principal objeto material da mediatização é o próprio cenário campesino, com suas paisagens que se tornam ainda mais belas pelo primoroso tratamento estético e fotográfico. Nessa perspectiva idílica que remete à visão mitológica sobre o paraíso, tanto a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, os Pampas e outras paisagens naturais de beleza reconhecida são retratados pelos *media* como lugares encantados, carregados de mistérios, lendas e mitos (BARROS, 2007), a exemplo de *Pantanal* (1990), *Dona Beija* (1986), *Memorial de Maria Moura* (1994), *Riacho Doce* (1990), *Morte e Vida Severina* (1981) e *A Casa das Sete Mulheres* (2003), entre outras produções.

Nesse estágio de representação da natureza, há certo narcisismo patriótico e ufanista, calcado na necessidade contínua de exibir um ampliado repertório de belas paisagens, como sendo “as únicas da América do Sul, dos trópicos ou do Brasil”. Até então a natureza é representada como um patrimônio natural ou um bem a ser usufruído do ponto de vista plástico/contemplativo ou turístico/econômico. Ainda não há uma abordagem de natureza política e muito menos ambientalista no sentido estrito (BARROS; SOUSA, 2010).

A partir da década de 1980, a telenovelas passaram por um processo de redefinição e surgiram tramas com teor político e conotação ecológica mais ostensiva, incluindo o contexto urbano tais como *Roque Santeiro* (1985), *Renascer* (1993) e *O Rei do Gado* (1996). Na década de 1990, houve um híbrido com as duas tendências, o que perdura até hoje, com novelas consideradas avançadas do ponto de vista da representação do ambiente e outras conservadoras, mas que agradam o público, de acordo com os índices de audiência elevados. Entre as telenovelas mais recentes da primeira tendência estão: *Coração de Estudante* (2002), *Paraíso Tropical* (2007), *Beleza Pura* (2008) e o seriado *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes* (2007). Entretanto, outras produções televisivas igualmente recentes mantiveram a linha de representação da natureza como ornamento e entretenimento, a exemplo de *Esplendor* (2000), *Uga Uga* (2000), *Terra Nostra* (1999), *Esperança* (2002) e o *remake* de *Cabocla* (2001). Assim, o que se observa é que as telenovelas de temáticas rurais apresentam enquadramentos interpretativos que correspondem a dois tipos de cenário de representação ambiental, com características distintas, porém complementares, como foi possível observar com as breves considerações apresentadas anteriormente.

A reciclagem e o tratamento do lixo para finalidades econômicas foi outro tema relevante em algumas das novelas do horário nobre, ambientadas em cenários urbanos, a exemplo de *Rainha da Sucata* (1990), *Passione* (2010) e *Avenida Brasil* (2012). Nesse caso, percebe-se uma associação progressiva do universo da dramaturgia com a agenda e os conteúdos jornalísticos (BARROS; SOUSA, 2010).

As temáticas urbanas no telejornalismo

Se as representações televisivas sobre o rural são polarizadas, no que se refere à agenda urbana há uma amplitude de temas e cenários, o que remete a uma visão plural do urbano nos espaços do telejornalismo, com destaque para as seguintes categorias temáticas, conforme exposto no Quadro 3.

A inserção, manutenção e redefinição das temáticas urbanas na agenda do telejornalismo brasileiro no contexto recente (1980–2010), conforme o mapeamento exibido no Quadro 3, revela as principais lógicas da noticiabilidade ambiental. A primeira delas é o efeito da globalização da agenda, a partir de temas como clima, mercado verde, poluição urbanismo e qualidade de vida. Ao mesmo tempo, contudo, os enquadramentos apontam para outra lógica de noticiabilidade ambiental, ou seja, a abordagem dos riscos decorrentes da poluição e das mudanças climáticas, além de uma tentativa de aproximar tais assuntos do contexto local dos telespectadores, com exemplos e personagens para assegurar o vínculo contextual e identitário. A terceira lógica diz respeito à inserção social do noticiário no mundo vivido (no sentido habermasiano); isso implica a adoção de enquadramentos que priorizem a relação das pautas ecológicas com o campo experiencial dos indivíduos, a partir da abordagem de temas ancorados nas vivências familiares e nos hábitos cotidianos, tais como lavar roupa, escovar os dentes, tomar banho, lavar o carro e a calçada, cuidar do jardim, fazer escolhas ecologicamente corretas ao fazer compras, entre outras atividades corriqueiras. Em todos esses casos, percebe-se a relação entre as duas matrizes culturais da programação televisiva. Isso ocorre tanto do ponto de vista racional, com o debate público, a discussão e a reflexão impulsionada pela conversação civil, quanto sob o ângulo simbólico-dramático, com a exploração de casos que se enquadram nos estereótipos positivos ou negativos.

Quadro 3 - Temáticas urbanas na agenda ambiental da TV

Temáticas	Agenda e enquadramentos
Poluição	A ênfase a essa categoria está diretamente associada aos danos causados pelos poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos. A TV fez uma cobertura ampla e diversificada, abrangendo praticamente todas as formas de poluição nas grandes cidades brasileiras: poluição do ar, de praias, rios, lagoas e poluição sonora. A poluição industrial, nos grandes centros urbanos, é o foco de interesse de todos os jornais, sobretudo no estado de São Paulo.
Clima	As questões relativas ao clima ocupam expressivo espaço na TV (desde a década de 1980), mas ainda sem a conotação de aquecimento global, cuja tônica é mais recente. Antes disso eram retratados aspectos como a seca na região Nordeste e a situação das populações acometidas pelo fenômeno, com depoimentos dramáticos de sertanejos, além da destruição da lavoura, o definhamento do gado e as medidas governamentais de emergência. Algumas regiões do sul do país também aparecem com frequência, acometidas por estiagens temporárias.
Urbanismo	A relação entre urbanismo e meio ambiente é dirigida ao público das grandes cidades brasileiras. O poder público local, juntamente com entidades conservacionistas não governamentais são os protagonistas dos fatos noticiados, atuando, na maioria das vezes, como parceiros, e não como opositores.
Mercado verde	Tendência registrada a partir dos anos de 1990, com a emergência de produtos e tecnologias com conceito de “amigos do ambiente”. Trata-se de um tema vinculado diretamente à política de captação de anúncios publicitários, vinculados à divulgação de iniciativas de empresas nacionais e multinacionais. Além de fazer a divulgação desses projetos, a TV é utilizada para apresentar novidades disponíveis no mercado, como embalagens biodegradáveis e produtos com menor consumo de energia elétrica.
Ecologia e problemas sociais	Essa temática abriga um amplo leque de temas inter-reacionados, como pobreza, miséria, fome, desnutrição, falta de saneamento básico e de água tratada. Os temas são tratados na forma de grandes reportagens, realizadas geralmente, a partir da divulgação de estudos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e universidades.
Ambiente e qualidade de vida	Este bloco alberga um conjunto de temas inter-relacionados como saúde, educação, meio ambiente, cidadania, espaço urbano, desenvolvimento sustentável e globalização. Relacionam a qualidade de vida no contexto urbano a um conjunto de fatores como alimentação saudável e sem agrotóxicos, água tratada de forma adequada, qualidade do ar, comportamento crítico em relação ao consumo e cuidado com o espaço urbano.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em BARROS, 1999; BARROS; SOUSA, 2010; GARCIA, 2004; ROSA, 2006.

Quais as características que marcam a cobertura telejornalística sobre ambiente?

Uma das características que marcaram o telejornalismo brasileiro, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, após a Conferência de Estocolmo, é a divulgação e repercussão dos argumentos oficiais, tendência denominada de ambientalismo monosssetorial⁷ (VIOLA, 1987). O Quadro 4 resume as características do discurso governamental reproduzidos e repercutidos pelo jornalismo.

Com o passar do tempo, o fazer jornalístico sobre ambiente já se tornou dotado de determinadas especificidades, apesar de manter outros elementos característicos das práticas, rotinas e procedimentos do jornalismo convencional (GARCIA, 2004). A trajetória do telejornalismo ambiental sofreu significativas redefinições nos últimos anos. Se na década de 1970, por exemplo, a notícia ambiental se enquadrava em reduzidas e simplificadas categorias, como acidentes, anúncios de medidas governamentais e curiosidades científicas, com o passar do tempo, novos enquadramentos foram surgindo. As especificidades foram sendo gestadas a partir de uma convergência de diversos atores, processos, fatores e estruturas. Em primeiro lugar, podemos destacar a ideia de que a parca, mas gradual e crescente, divulgação de notícias sobre o tema contribuiu para criar novos nichos de públicos, o que levou a televisão a investir na ampliação de equipes para a cobertura ambiental até então muito reduzida. Esse impulso levou à setorização e semiespecialização de jornalistas, provavelmente recrutados entre aqueles que já manifestavam interesse pela área ou atuavam como militantes ecológicos. Certamente esses não são os únicos fatores, mas podem ser apontados como alguns dos que interferiram na organização dos relatos jornalísticos sobre temas ambientais. O Quadro 5 resume os principais elementos que marcam os relatos jornalísticos sobre os temas ambientais no período de 1980 a 2000.

Certamente, essas características não são estanques e nem as únicas. Com o desenvolvimento das técnicas jornalísticas, ocorre a emergência de novas temáticas ou o desdobramento das já existentes. O surgimento de outros nichos de públicos os relatos jornalísticos sobre temas ambientais passarão por novas alterações e outras características surgirão.

⁷ Trata-se da fase em que o Estado atuava praticamente como ator hegemônico na definição da agenda ambiental, como poucos atores para se contrapor, com reflexos diretos na cobertura da imprensa.

Quadro 4 - Repercussões do discurso ecológico oficial na TV

Características	Como a TV repercute o discurso ecológico oficial
Caráter defensivo	Caracteriza-se principalmente pela natureza dos argumentos, os quais assumem a conotação de resposta às pressões internacionais. Grande parte dos discursos consiste em apresentar uma defesa do governo em face das críticas externas.
Redundância	A redundância se confirma pela reedição sistemática dos argumentos centrais, como a defesa da soberania nacional e do direito de livre utilização dos recursos naturais do país, por exemplo, especialmente no caso do Brasil.
Simplificação	Consiste em uma estratégia dos órgãos oficiais para fixar suas visões, mediante a simplificação das ideias apresentadas.
Ufanismo	Manifesta-se na incessante exaltação dos atributos naturais do país, sobretudo nos discursos de autoridades brasileiras sobre as belezas naturais, embora essa característica também seja compartilhada pelas manifestações do governo português, embora em menor proporção.
Secundarização	Tendência do discurso governamental para a marginalização da ecologia em si, a qual sempre aparece atrelada a aspectos periféricos dos problemas ecológico-ambientais e raramente como fator central. É o que ocorre, por exemplo, nos textos que ressaltam a importância da economia, do desenvolvimento, da qualidade de vida, enfim, de quase todas as categorias principais.
Circunstancialidade	Manifesta-se em muitos momentos também, sendo o exemplo maior os discursos que antecederam a Cimeira da Terra (Eco 92). Mas essa característica também aparece em outros momentos, como estratégia oficial para amenizar o impacto dos problemas denunciados pela imprensa ou pelas entidades ambientalistas.
Generalidade e superficialidade	Tendência ostensiva dos órgãos governamentais de abordar os assuntos da agenda ecológica de modo genérico e superficial, utilizando-se de expressões vagas como desenvolvimento, preservação ecológica, interesse comum, qualidade de vida etc.

Fonte: Elaboração do autor, com base em BARRROS, 1999.

Outro aspecto relevante a ser destacado diz respeito ao modo com as marcas apresentadas no Quadro 5 revelam conexão com as matrizes televisivas em exame neste artigo. Entre aquelas tipicamente simbólico-dramáticas estão a ênfase ao risco, a duração indeterminada e a incerteza científica. Já a matriz racional iluminista é nitidamente contemplada pela complexidade técnica, representada pela cobertura sobre temas cujas fontes e argumentos são oriundos da comunidade científica.

Quadro 5 - Marcas recentes dos relatos jornalísticos sobre ambiente

Marcas	Características
Ênfase ao risco	Contribui para dar força à matéria, devido ao teor dramático e apelo emocional. Afinal, quanto maior o potencial de risco, maior visibilidade e destaque ao fato, o que faz manter o tema na agenda dos <i>media</i> e nas instâncias de debate público.
Duração indeterminada do processo	Esse elemento acentua o teor dramático, ao gerar suspense entre os receptores e despertar interesse para acompanhar o desenrolar dos fatos. Em muitos casos, o noticiário segue quase a estrutura dos enredos de teledramaturgia, com a divulgação das notícias em formato de sequências ou episódios, com deixas de suspenses para os capítulos seguintes.
Incerteza científica	Como há diversidade de interpretações por parte dos especialistas com acesso aos <i>media</i> , esse elemento provoca debate, com opiniões divergentes, o que acentua o interesse da opinião pública e prolonga a permanência do tema na agenda pública.
A complexidade técnica	Esse fator pode ser desfavorável à cobertura, ao afastar o público leigo, além de representar um dos principais desafios para os jornalistas da área ambiental: como transmitir informações técnicas sobre áreas especializadas, como energia nuclear, ecoepidemias e outros que exigem conhecimento prévio do receptor?

Fonte: Elaboração dos autores, com base em BARROS; SOUSA 2010; GARCIA, 2004; ROSA, 2006.

Considerações finais

A análise tentou mostrar de que forma as duas matrizes culturais da TV refletem a trajetória das ideias ecológicas pelo viés da visibilidade propiciada pela janela hermenêutica das diferentes lógicas de sua programação, com ênfase para o jornalismo e a dramaturgia. A eficácia simbólica da TV passou a exercer uma espécie de efeito farol na formação da opinião pública. É todo esse processo que se caracteriza como produção social da visibilidade ambiental, a partir do recorte analítico proposto.

Tal produção deve ser compreendida como um fenômeno social e culturalmente construído, ou seja, resultante das relações entre os diferentes atores sociais e políticos — que atuam como fontes de informação —, representados por múltiplos polos de interesse, tais como o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e a comunidade científica. Essa ideia encontra respaldo no pressuposto sociológico de que as necessidades e os valores sociais são definidos e redefinidos de acordo com a racionalidade da dinâmica sociocultural, marcada pela vontade e o julgamento que comandam as motivações para o agir na esfera

pública. Afinal, as necessidades sociais são diversificadas, em decorrência da pluralidade de sujeitos que as expressam e são também criadas e recriadas graças aos avanços tecnológicos, aos progressos no campo político-cultural e aos arranjos simbólicos e institucionais resultantes dessa dinâmica interacional (FIGUEIREDO, 1989).

Com efeito, o discurso televisivo sobre o ambiente não deve ser entendido como produção autônoma, em vista dessa configuração relacional complexa e multifacetada. Além da diversidade de atores, os *media* passaram a destacar diferentes aspectos relacionados aos temas ambientais (naturais, políticos, econômicos, culturais, ideológicos). Trata-se de um discurso condicionado por múltiplos fatores, segundo a perspectiva sociológica da *teoria multifatorial da notícia* (SOUSA, 2000, 2006). Sob essa ótica, cabe destacar que a adesão da opinião pública não depende apenas dos *media*, mas de uma combinação de fatores, que passam pela conjuntura, a situação política, cultural e econômica. Assim, a eficácia da popularização dos temas ambientais produzida pela TV depende de um conjunto articulado de fatores, tais como "a ressonância prévia de um assunto, as referências que ele desencadeie (nos jornalistas e no público), a identidade cultural de quem o recebe, além da formação e informação que já existia previamente a respeito de um assunto" (SCHIMIDT, 2003, p. 78).

Concluimos que as duas matrizes participam das representações televisivas tanto no plano informativo como na dramaturgia, com algumas particularidades. As imagens sobre o rural são polarizadas, com foco em dois planos: o rural idílico e o rural degradado. Nesse ponto há convergência entre a perspectiva do telejornalismo e das telenovelas, especialmente no período inicial de mediatização ambiental, herança das revistas ilustradas, conforme já analisou Sodré (1983). No que se refere à agenda urbana, há uma amplitude de temas e cenários, o que remete a uma visão plural do urbano nos espaços do telejornalismo e das telenovelas. O urbano parece um fenômeno com mediatização televisiva mais dinâmica, com renovação mais acelerada, conforme registram Barros e Sousa (2010).

É necessário ressaltar ainda a natureza ambígua da mediatização televisiva. Ao mesmo tempo em que se trata de um processo social que permite e amplia a visibilidade pública das temáticas, atores, fatores e questões relacionadas ao ambiente, também pode direcionar a cobertura para determinados aspectos que nem sempre favorecem a conscientização pública e a compreensão do cidadão. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando as lógicas mediáticas submetem a agenda ambiental às abordagens sensacionalistas, à espetacularização, à fragmentação, à curiosidade científica, ao universo das celebridades, e às abordagens

episódicas e descontextualizadas. Essa ambiguidade, contudo, é inerente à mediatização, uma espécie de *template* semântico para dirigir a atenção do público, conforme argumenta Castells (1999) ao tratar da força simbólica que os enquadramentos selecionados pelos *media* exercem na formação e difusão da opinião pública.

Referências

ANDRADE, L. V. B. de. **Iguarias na hora do jantar**: o espaço da ciência no telejornalismo diário. 2004. Tese (Doutorado em Ciências) — Programa Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Instituto de Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, A. T. de. **Atores e discursos ecológicos no Brasil**: ciência, Estado e imprensa (1972-1992). Tese (Doutorado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BARROS, A. T. de. Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre meio ambiente. **Latinoamerica: Revista de Estudos Latinoamericanos**, n. 44, p. 129-156, 2007.

BARROS, A. T. de; SOUSA, J. P. **Jornalismo e ambiente**: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2010.

BARROS, A. T. de. Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo. **Veritas**, v. 57, n. 1, p. 92-111, jan./abr. 2012.

BARROS, A. T. de; BERNARDES, C. B. Identidade e programação das emissoras de televisão do campo público: estudo comparativo de quatro canais federais brasileiros. **Alceu**, v. 12, n. 24, p. 180-203, jan./jun. 2012.

BAUDRILLARD, J. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, J. L. **Mediatização como processo interacional de referência**. 2006. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do XV Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), São Paulo, 2006.

CLARKE M.; OXMAN A. D. Formulating the problem. In: **Cochrane Reviewers' Handbook 4.1.4**. Oxford: The Cochrane Collaboration, 2001.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em educação ambiental. 2001. 403 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, L. M. **Comunicação e meio ambiente**: análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 59-74.

DEBRAY, R. **O Estado sedutor**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 323-348, out. 2004.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 56-80.

FIGUEIREDO, V. **Produção social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.

GAMSON, W. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GARCIA, R. **Sobre a Terra**: um guia para quem lê e escreve sobre o ambiente. Lisboa: Público, 2004.

GOMES, W. Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação de democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 221-274.

HAMBURGER, E. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, n. 82, p. 61-86, 2011.

MAIA, R. C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 303-340, 2009.

MATOS, H. Capital social, internet e Tv: controvérsias. **Organicom**, v. 5, n. 8, p. 23-35, jan./jun. 2008.

MEYER, M. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIGLIORIN, C.; GENARO, E. A nostalgia da centralidade ou do esvaziamento da política. **Alceu**, v. 12, n. 24, p. 151-164, jan./jun. 2012.

BARROS, A. T.

MORLEY, D. **Televisión, audiencias y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1996.

MOTTA, L. G. et al. Os transgênicos na grande imprensa: uma análise de conteúdo. In: NASCIMENTO, E. P; VIANNA, J. N. S. (Org.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NORRIS, P. Did television erode social capital? A reply to Putnam. **Political Social and Politics**, v. 29, n. 3, p. 474-480, Sept. 1996.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ROSA, G. P. **A Quercus nas Notícias**. Porto: Porto Editora, 2006.

PUTNAM, R. D. **The Beliefs of Politicians**: ideology, conflict, and democracy in Britain and Italy. New Haven: Yale University Press, 1973.

SARTORI, G. **Homo videns**: la sociedad teledirigida. Buenos Aires: Aguilar, 1998.

SCHMIDT, L. **Ambiente no Ecrã**: emissões e demissões no serviço público televisivo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

SILVA, R. M.A. da. Entre dois paradigmas: combate á seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUSA, J. P. **As notícias e seus efeitos**: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos medias jornalísticos. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2000.

SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUZA, J. C. A. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

SUNKEL, G. **Razon y pasión en la prensa popular**: un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política. Santiago: Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, 1985.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRIGUEIRO, A. Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) **Meio ambiente no século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 75-90.

Os temas ambientais no enquadramento televisivo

UTARD, J. M. O embaralhamento nos gêneros midiáticos. **Comunicação e Espaço Público**, v. 7, n. 1, p. 65–82, 2003.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, 1987. p. 32-43.

VIRILIO, P. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993.

VIRILIO, P. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Recebido: 08/04/2013

Received: 04/08/2013

Aprovado: 24/05/2013

Approved: 05/24/2013